

ANFIP defende que Congresso Nacional priorize tributação sobre altas rendas



Em live promovida na quinta-feira (13/8), pela Frente Parlamentar da Reforma Tributária, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, afirmou que, neste momento de crise, o Parlamento deve mudar a pauta da reforma tributária, deixando de lado o debate sobre a simplificação de tributos e focando na tributação sobre patrimônio e renda, a fim de tornar o sistema mais progressivo. “É importante simplificar, mas não é suficiente. Deve ser feito neste momento uma reforma estruturante”, sugeriu.

A ANFIP, juntamente com as entidades que representam as carreiras do fisco, lançou oito propostas de natureza tributária que visam reduzir a tributação dos mais pobres e das pequenas empresas, fortalecer estados e municípios e aumentar a tributação sobre altas rendas e grandes patrimônios. “Onerando os 0,3% mais ricos, que representam cerca

de 600 mil pessoas, haverá incremento na arrecadação na ordem de R\$ 292 bilhões”, explicou Cesar Roxo.

Ainda que defenda a inversão da pauta tributária, o vice-presidente deixou claro que, sim, tem que haver redução da carga sobre o consumo para incentivar o crescimento, “mas não seria agora”.

Além das PECs 45/2019 e 110/2019 e do Projeto de Lei 3.887/20, apresentado pelo governo, tramitam no Congresso Nacional outras proposições que enfrentam problemas mais complexos do sistema. Entre elas estão a Emenda Substitutiva Global nº 178/2019, baseada na Reforma Tributária Solidária e apresentada à PEC 45/2019; o PL 3.129/2019, que atualiza os valores expressos em reais da tabela e das deduções aplicáveis à tributação do IRPF; e a PEC 128/2019, do deputado Luis Miranda.

Sobre a carga tributária, Cesar Roxo disse estar preocupado com as declarações

do governo e do Parlamento que enfatizam que não vão aprovar aumentos de impostos. “São declarações de extrema aceitação pelas pessoas, num país que é o sétimo mais desigual do mundo, com um sistema tributário injusto”, lamentou. Mas o que parece um discurso excelente, alertou o vice-presidente, em uma análise mais criteriosa, significa que, ao não aumentar impostos, as coisas tendem a ficar como estão, ou seja, muito ruins. “Tem parcela da sociedade que deveria sim pagar mais impostos, porque possuem capacidade contributiva para isso”, enfatizou. É o caso da tributação sobre os lucros e dividendos. “Quem ganha R\$ 5 mil paga alíquota de 27,7% de IRPF. Quem recebe por lucros e dividendos não paga nada. Essas distorções geram um problema sério”, alertou.

O debate foi mediado pelo deputado Luis Miranda, presidente da Frente Parlamentar, e pode ser conferido no facebook da ANFIP.

[Live: ANFIP recebe secretário da Receita Federal](#)
Página 3

[Frente de Serviço Público debate conjuntura política](#)
Página 4

[Confira os benefícios disponíveis aos associados](#)
Página 7

ANFIP participa de audiência virtual da CDH



O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, participou, no dia 7/8, do debate “A Reforma Tributária”, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O assessor de Assuntos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero acompanhou o debate.

A audiência virtual foi conduzida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), presidente da Comissão. Para debater o assunto, também foram convidados o economista, tributarista e ex-deputado Luiz Carlos Haully e o fundador e CEO da Neogrid, Miguel Abuhab.

Abrindo o encontro, o senador Paulo Paim reforçou o modelo de reforma tributária que considera ideal. “A reforma tributária está sendo discutida no Congresso há décadas. O que nós queremos é uma reforma progressiva, justa e solidária. Que os super-ricos paguem mais e os pobres paguem menos. Esse é o sonho de todo o povo brasileiro em minha avaliação”, afirma.

Para Luiz Carlos Haully, os pilares

fundamentais para a transformação do sistema tributário brasileiro são a simplificação radical; a tecnologia de cobrança eletrônica; e a vertente solidária, que é trabalhada em conjunto com a ANFIP e outras entidades, para que sejam menos tributados recursos essenciais como comida, remédio, água e esgoto. Propõe também o Programa Nota Fiscal Brasil, para devolver o excesso de tributos que recaem sobre as famílias mais pobres. Segundo o especialista é necessário combater os problemas raízes do sistema tributário: o excesso de legislação, o grande volume de carga tributária no consumo e na folha de pagamentos e a burocracia.

Contribuindo com o debate, o fundador e CEO da Neogrid, Miguel Abuhab afirmou que nas últimas décadas, tudo que se fez em termos de reforma tributária foram ações tomadas com base em efeitos, e não pela resolução das causas reais do problema tributário. “Enquanto nós não atuarmos em cima das causas específicas e continuarmos atuando em cima de efeitos, logo as consequências

indesejáveis irão aparecer e o problema raiz não será eliminado”. Na ocasião o debatedor também apresentou sua ideia de modelo de cobrança eletrônica de tributos que está inserida na proposta de simplificação tributária de autoria do ex-deputado Luiz Carlos Haully.

Dando sequência ao tema, Cesar Roxo Machado salientou que “a sociedade está cansada de pagar impostos e ter pouco retorno em políticas públicas”. Para o especialista carga tributária no país é mal distribuída, pois cerca de 50% de tudo que é arrecadado, é recolhido pelo tributo sobre o consumo, o que encarece os produtos, dificulta a competitividade entre empresas e tira o poder aquisitivo das pessoas, prejudicando a economia como um todo.

Durante a live Cesar Roxo também comentou as Propostas de Emenda Constitucional que tramitam atualmente no Congresso Nacional relacionadas à reforma. “A crítica que trago para as PECs 45/19 e 110/19, é que não trazem outras propostas além da simplificação. Mesmo que elas reduzam em parte a tributação à carga tributária, elas não chegam no amago da questão”, enfatiza.

Para o especialista, a carga tributária sobre o consumo prejudica a economia do país, mas, para fazer a redução é necessário compensar a arrecadação de outra forma. “Com o tempo nós temos que reduzir a tributação sobre o consumo, mas, claro que para isso acontecer a economia tem que aumentar. Isso não é uma coisa que poderia ser feita agora, porém, poderia ser sinalizado com leis para que haja uma progressividade maior no patrimônio e na alíquota de renda”, destaca.

<p>Expediente Linha Direta</p>			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedicto Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.</p> <p>ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues</p>		<p>EDITORACÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedicto Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
<p> www.instagram.com/anfipnacional</p>	<p> www.facebook.com/anfip.nacional</p>	<p> www.twitter.com/anfipnacional</p>	<p> www.youtube.com/anfipoficial</p>

Live – Série ANFIP recebe secretário Especial da Receita Federal

A próxima Live – Série ANFIP recebe o secretário Especial da Receita Federal do Brasil, José Barroso Tostes Neto, para falar sobre “A importância da Administração Tributária em

momento de crise”.

A transmissão será no dia 20 de agosto (quinta-feira), das 14h às 15h, pelo Facebook e Youtube da ANFIP.

Além do secretário da RFB, o

presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo Machado, recebem:

- Jonathan José Formiga de Oliveira – Subsecretário de Fiscalização
- Sandro de Vargas Serpa – Subsecretário de Tributação e Contencioso
- Fernando Mombelli – Coordenador-Geral de Tributação

Anote na agenda! Participe deste debate que traz a Receita Federal do Brasil para avaliar o seu papel como órgão principal de funcionamento do Estado.

Youtube – <https://www.youtube.com/user/anfipoficial>

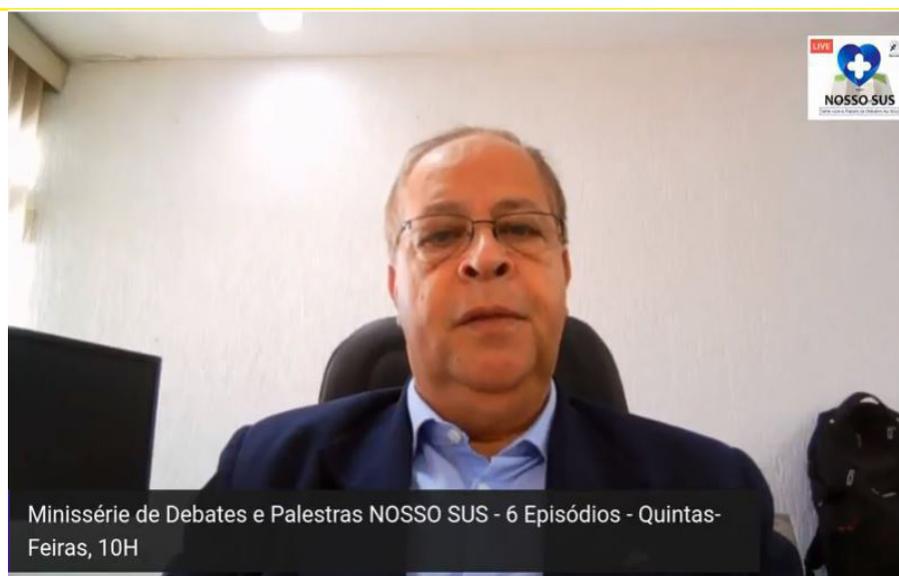
Facebook – www.facebook.com/anfip.nacional

Novo episódio do NOSSO SUS debate saúde pública municipal

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou na quinta-feira (13/8) do terceiro episódio da série NOSSO SUS. De iniciativa da Agência Servidores, em parceria com a ANFIP e outras entidades de classe, o debate virtual visa debater o Sistema Único de Saúde (SUS). Desta vez, o tema abordado foi “A saúde pública municipal e o SUS”. O evento foi mediado pelo jornalista da TV Câmara dos Deputados, Lincoln Macário.

Décio Lopes destacou a importância do debate, que tem grande repercussão nacional e traz relevantes informações sobre o sistema de saúde público para a sociedade. “A saúde é um direito de todos e dever do Estado, conforme estabelece a Constituição Federal. O Sistema Único de Saúde deve continuar como um grande plano de saúde do povo para o povo. O SUS é aquele salvador de vidas. A sociedade não pode deixar que problemas políticos, que problemas de gestão, interfiram na saúde pública. Nesse momento de pandemia, o SUS tem sido um salvador da pátria”.

O presidente da ANFIP também destacou que a Seguridade Social sempre foi pauta importante de estudo e defesa da Associação. “A ANFIP sempre tratou das contas da Seguridade



Social, demonstrando as contas do sistema, e defendendo a Seguridade como um amplo sistema de proteção social brasileira, seja na Previdência, Saúde ou Assistência Social. A ANFIP sempre defendeu, em todos os seus projetos, recursos para as áreas sociais. A fiscalização e a transparência dos recursos, além do combate à corrupção, são salutares para a manutenção do sistema”, ressaltou.

Para falar sobre o tema, participaram como palestrantes o diretor do Conselho Nacional das Secretarias Municipais de Saúde

(Conasemns), Hisham Mohamad Hamida; a diretora do Hospital de Campanha de Goiânia e ex-secretária de Saúde de três municípios de Pernambuco, Adelaide Caldas; o vice-presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (Abres), Carlos Ocke; além dos debatedores: Jovita José Rosa, ex-presidente da União dos Auditores do SUS (Unasus); e Gilson Conzatti, presidente da União dos Vereadores do Brasil.

Assista ao debate completo no canal da ANFIP no Youtube.

Frente do Serviço Público se reúne para debater conjuntura política atual



Em concordância, Erika Kokay afirmou que é necessária a normatização e explicou que atualmente no Congresso ocorrem apenas reuniões plenárias, com exceção da Comissão Mista da Covid-19. A deputada destacou também que as iniciativas dos servidores públicos são muito importantes. E lembrou a atuação da ANFIP e outras entidades na Reforma da Previdência em busca da construção de narrativas contra-hegemônicas. “Nós não podemos permitir que os servidores públicos sejam o inimigo imaginário da vez, e é isto que está sendo construído”, enfatizou.

Vladimir Nepomuceno, consultor político, apresentou um panorama dos trabalhos no Congresso e destacou a importância de dar encaminhamento à participação da Frente nas ações a favor da taxa dos super-ricos. Ele destacou que é preciso garantir que “os nossos parlamentares estarão lá para derrubar esses vetos. Porque as leis estão vigorando, e o que foi aprovado com nosso apoio foi vetado e isso não entrou de volta nessas leis”.

A Frente se reunirá novamente na próxima segunda-feira (17/8) para alinhar novas estratégias de proteção ao serviço público.

O próximo debate ocorrerá neste sábado (15/8), no Amapá. A transmissão, ao vivo, acontece a partir das 15h nas plataformas digitais da Frente.

Em reunião na segunda-feira (10/8), coordenada pelo o assessor de Estudos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público debateu a conjuntura política atual e estratégias em defesa do serviço público. O vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, também participou do encontro virtual.

Também estiveram presentes os deputados federais, integrantes da Frente, Bohn Gass (PT/RS), Erika

Kokay (PT/DF), Rogério Correia (PT/MG) e Vicentinho (PT/SP).

Ao comentar o cenário político atual, Vilson Romero explicou que o Congresso Nacional deve assumir o protagonismo no estabelecimento de protocolos a serem implementados. “Os protocolos municipais e estaduais estão em confusão, cada um faz o que bem entende. Acho que a normatização é extremamente necessária. O Congresso precisa dar uma posição mais efetiva diante da omissão do Poder Executivo Federal”, afirmou.

Comissão analisa propostas para alteração do Estatuto da ANFIP



aprovadas pelos convencionais.

A Comissão é formada pelos vice-presidentes Eucélia Maria Agrizzi Mergár (Assuntos Fiscais), Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões), Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), Benedito Cerqueira Seba (Comunicação Social); pelas integrantes do Conselho de Representantes Isabel Nascimento Elias Pereira (MS) e Maria dos Remédios Bandeira (PB); pelos integrantes do Conselho Fiscal Maria Inez Rezende Maranhão, Maria Gorete de Sousa Ramalho Medeiros e Lourival de Melo Lobo, e pela associada Mísma Rosa Suhett (ES).

O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, foi convidado para prestar esclarecimentos sobre o plano de saúde.

A Comissão de Reforma Estatutária reuniu-se na segunda-feira (10/8) para a continuidade da análise do conteúdo do Estatuto da ANFIP. O grupo debate o que precisa ser alterado no documento, propõe uma nova redação e produz

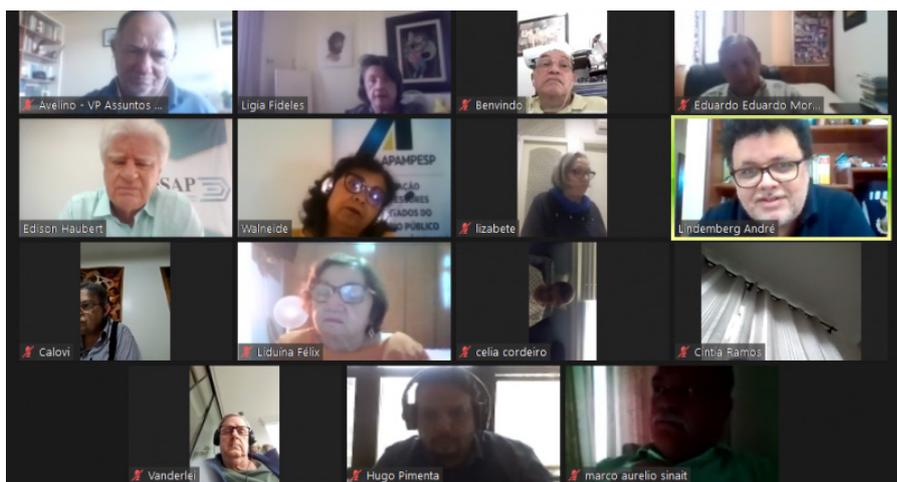
caderno final com as novas propostas.

Todas as sugestões apresentadas serão levadas à XXVIII Convenção Nacional, prevista para acontecer no segundo semestre de setembro de 2021, e, para entrarem em vigor, precisam ser

Entidades debatem defesa do serviço público em reunião no Mosap

A ANFIP participou na terça-feira (11/8) de reunião virtual com as lideranças integrantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap). Estiveram presentes no encontro os vice-presidentes José Avelino da Silva Neto (Assuntos Parlamentares) e Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões).

Durante a reunião, os representantes das entidades propuseram o desenvolvimento de ações de sensibilização com os novos integrantes do Congresso Nacional em relação à contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, que está contemplada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006, que está em tramitação no Congresso Nacional. Além disso, também foi discutida a renovação do Fundo de Manutenção e



Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que atualmente tramita no Congresso Nacional como PEC 26 /2020.

Na ocasião, José Avelino comentou a transferência da entrega da proposta de reforma administrativa para 2021. “O adiamento foi uma coisa boa, pois esta

reforma administrativa neste momento seria um desastre. Porque ela só vem para retirar direitos, reduzir o Estado e dificultar a abertura de concursos”, destacou.

A próxima reunião do Instituto está prevista para o dia 22 de setembro.

Auditoria da Dívida lança campanha “É hora de virar o jogo”

O vice-presidente Executivo da ANFIP, Márcio Humberto Gheller, acompanhou na quarta-feira (12/8) o lançamento da campanha “É hora de virar o jogo”, idealizada pela Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), que visa mobilizar a sociedade para modificar o modelo econômico atual, o qual tem produzido escassez, miséria e atraso, que não combinam com a abundância que existe em nosso país.

Para a coordenadora da ACD, a Auditora Fiscal Maria Lucia Fattorelli, esse modelo econômico tem sido responsável por impedir que a abundância que existe no Brasil esteja presente na vida de todas as pessoas, colocando todos nós, brasileiros e brasileiras, em um cenário de escassez inaceitável, que destoa completamente da imensas riquezas que existem no Brasil. “Esse modelo errado privilegia o setor financeiro nacional e internacional, cuja cabeça é o banco de regulações internacionais, instituição privada que se diz banco central dos bancos centrais”, explica.

Márcio Gheller cumprimentou as mais de vinte entidades presentes e destacou que a ANFIP não se furta em discutir as reformas que estão sendo apresentadas ao Parlamento, tanto



no que se refere à dívida pública, e seu comportamento com uma Selic em dois pontos percentuais, quanto à pandemia que se abate sobre o Brasil. O vice-presidente destacou também as outras frentes de debate que estão abertas, como a reforma do sistema dos tributos, a reforma administrativa e os reflexos da reforma da Previdência. “Os Auditores Fiscais da Receita Federal e suas entidades representativas não podem se furta ao debate, em todos os níveis, de todos esses temas”, frisou.

O atual modelo é implementado por diversas medidas econômicas como a Emenda Constitucional 95 (teto

de gastos); as privatizações; o sistema da dívida; as reformas, como a da Previdência e a trabalhista; o esquema da securitização (desvia recursos que sequer alcançarão os cofres públicos), e a proposta de independência do Banco Central.

Ao longo da campanha, programada para três meses, será desenvolvida a conscientização de que é preciso unificar as lutas e construir uma grande mobilização social para a implementação de outro modelo econômico, no qual o Estado Social seja forte e garanta vida digna para todas as pessoas.

Comissão analisa propostas de readequação do Regulamento Eleitoral



A Comissão destinada à elaboração de propostas de alteração e readequação do Regulamento Eleitoral reuniu-se na terça-feira (11/8) para a continuidade

dos trabalhos de analisar sugestões de nova redação para artigos e incisos do documento que rege os processos eleitorais da Entidade.

Participaram da reunião, pelo Conselho Executivo, a coordenadora do grupo e vice-presidente de Assuntos Fiscais, Eucélia Maria Agrizzi Mergár, o vice-presidente de Comunicação Social, Benedito Cerqueira Seba, e a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix; e, pelo Conselho de Representantes, Maria dos

Remédios Bandeira (PB).

O documento final será aprovado em reunião conjunta dos Conselhos Executivo, de Representantes e Fiscal, a ser realizada em dezembro deste ano, para utilização na Eleição dos Convencionais, a ser realizada no primeiro dia útil do mês de agosto de 2021, e na eleição das chapas para o Conselho Executivo apresentadas na XXVIII Convenção Nacional, a ser realizada na segunda quinzena do mês de setembro de 2021.

ANFIP participa de webinar da FGV sobre contribuição sobre bens e serviços

A ANFIP, representada pelo assessor de Estudos Socioeconômicos, Vilson Antonio Romero, acompanhou, nesta quinta-feira (13/8), o webinar sobre os desafios da CBS na proposta de reforma tributária, apresentada pelo governo federal, que unifica as contribuições de PIS e Cofins. O evento integra o projeto ‘Observatório da Reforma Tributária’, de iniciativa do Núcleo de Estudos Fiscais (NEF) da Fundação Getúlio Vargas Direito de São Paulo.

Para debater o tema, participaram os especialistas Vanessa Canado, da assessoria do Ministério da Economia, e o advogado Luiz Roberto Peroba, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados.

O coordenador do NEF, Eurico Santi, trouxe reflexões acerca dos impactos do novo imposto, bem como os desdobramentos da proposta para o sistema tributário nacional e para os demais projetos de reforma que estão em curso no Congresso Nacional. Em sua exposição, o mediador afirmou que o grande feito da CBS foi levantar os debates sobre alíquotas e sobre cidadania fiscal, inaugurando pautas indispensáveis para discutir legislação e tributação no Brasil.

Já o advogado Luiz Roberto Peroba destacou a importância da compreensão total da regra junto às perspectivas de segurança jurídica e neutralidade em sua aplicação, e defendeu que o modelo de tributação proposto é o ideal para o país, tendo “toda condição para atender ao desenvolvimento da economia digital,



com bases amplas e clareza”, seguindo as tendências internacionais. Peroba questionou, ainda, pontos técnicos do projeto, sobretudo em relação às empresas e suas receitas, sugerindo a adição de uma emenda que esclarecesse os tópicos em aberto.

Vanessa Canado, em sua exposição, explicou o cenário e o contexto em que o novo tributo age, em comparação ao funcionamento atual: “a brutalidade do desenho do Pis/Confins com a receita total criava um cenário de insegurança jurídica que retroalimentava esse clima de contencioso e de disputa entre o fisco e o contribuinte. Por outro lado, dificultava muito o alinhamento, em termos de não cumulatividade, da CBS ao IVA [Imposto sobre o Valor Acrescentado]”. Para a especialista, deve-se repensar se a interpretação estritamente jurídica faz jus ao objetivo comum, que é um Estado

de direito, com garantia de segurança jurídica, legalidade e justiça.

Em relação às plataformas digitais, Vanessa Canado afirmou que há um alinhamento interno “indiscutível” de que o objetivo não é impor burocracia, sendo uma regra que busca equilibrar o custo de conformidade do contribuinte com regras de concorrência leal e praticabilidade da fiscalização; e sobre a alíquota de 12%, afirmou que a possibilidade de acúmulo de crédito é praticamente nula.

Vilson Romero também avaliou o debate: “no momento em que o Congresso debate duas propostas de mudanças estruturais do arcabouço tributário, o governo traz para a discussão um projeto já criticado amplamente de tributação do consumo. Esse fatiamento contamina a tramitação séria e consequente de uma reforma tributária efetiva”.

Agenda 2021: Associados interessados devem manifestar interesse até dia 5/9



Associados, a Agenda 2021 já está em produção. Como é feito todos os anos, ela só será enviada para aqueles que manifestarem interesse em receber.

Então, não perca tempo! Quer a Agenda 2021? Envie, até dia 5 de setembro, para cadastro@anfip.org.br, o seu nome completo e o pedido de recebimento.

Ressaltamos que, como as agendas serão produzidas exatamente de acordo com a demanda, elas serão enviadas para aqueles que manifestarem agora o interesse.

BENEFÍCIOS

Concorra a 12 meses de plano odontológico!

Já pensou em ganhar 12 meses de plano odontológico exclusivo do seu Clube de Vantagens? É fácil! Basta entrar no sorteio ANFIP, em parceria com a MarktClub, acessando o portal ANFIP Tem+Vantagens e fazendo seu login em conta. As inscrições podem ser

feitas até o dia 31 agosto e o sorteio será realizado em 1º de setembro de 2020.

Salve a data e fique atento(a) às próximas atualizações. Boa sorte!

Em caso de dúvidas, entre em contato pelos telefones (61) 99439-9438 ou (61) 3202-3003.

Faça seu teste de Covid-19 na Drogarias Pacheco



O Convênio Farmácia, que oferece aos associados da ANFIP descontos

especiais nas drogarias Pacheco e São Paulo, está com preços diferenciados para a realização do teste de Covid-19 ao valor de R\$ 139,90.

Consulte lojas e agenda um horário pelo site <https://agendamentos.dpsp.io/>.

Cruzeiro do Sul e B&C Eventos oferecem descontos em cursos



Com o intuito de trazer novas possibilidades de aprendizagem para os associados, a parceira do Clube de Vantagens ANFIP, Cruzeiro do Sul Educacional em conjunto com a B&C Relacionamento e Eventos Corporativos disponibilizou 10% de desconto na

participação de eventos utilizando o cupom "CRUZEIRO10".

Além disso, serão sorteadas algumas cortesias para os eventos anuais que a B&C realiza. Então se você não quer perder a oportunidade de participar dos eventos e ser contemplado com uma cortesia inscreva-se na lista. Os contemplados serão selecionados conforme data de cadastro. Inscreva-se no link: <https://bit.ly/3aokiNu>

Live debate a proposta de nova CPMF



O Congresso em Foco em parceria com a Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e o Movimento Viva Brasil, realizaram uma live nesta quinta-feira (13/8) para discutir o tema "Reforma Tributária: Nova CPMF e o discurso governista". O assessor de Assuntos Socioeconômicos da ANFIP, Vilson Antonio Romero, acompanhou o evento.

Participaram do debate os deputados federais Alessandro Molon (PSB-RJ) e General Peternelli (PSL- SP); a economista do Ibre/FGV, Juliana Damasceno e o presidente da Febrafite Rodrigo Spada.

Segundo a jornalista Raquel Capanema, mediadora do evento, a equipe econômica do governo pretende enviar, em breve, uma proposta para que seja criado um tributo sobre transações financeiras digitais que funciona nos mesmos moldes da antiga Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). "A proposta encontra muita resistência entre economistas, auditores fiscais e, inclusive, no meio político. Mas, se avançar, será mais um tributo que agrava o custo tributário sobre o consumo. Se hoje a população mais pobre suporta uma alta carga tributária sobre o consumo, esse cenário tende a se tornar mais difícil".

Ao abordar o assunto, o deputado Alessandro Molon destacou que, apesar deste ser um imposto que dificulta a sonegação e traz um aumento de arrecadação imediato, o tributo tem vários problemas: funcionamento em forma de "cascata", pois é incidido a cada repasse financeiro; é regressivo, cobrando mais de quem ganha menos; e tem baixa eficiência econômica, pois ao cobrar de cada etapa da cadeia produtiva, acaba beneficiando grandes conglomerados que fazem toda a cadeia de produção e acabam prejudicando as pequenas empresas que não vão conseguir sobreviver. "Sou contra a ideia de recuperar a CPMF e vou defender que isso não seja adotado na Comissão de Reforma Tributária", afirma o deputado.